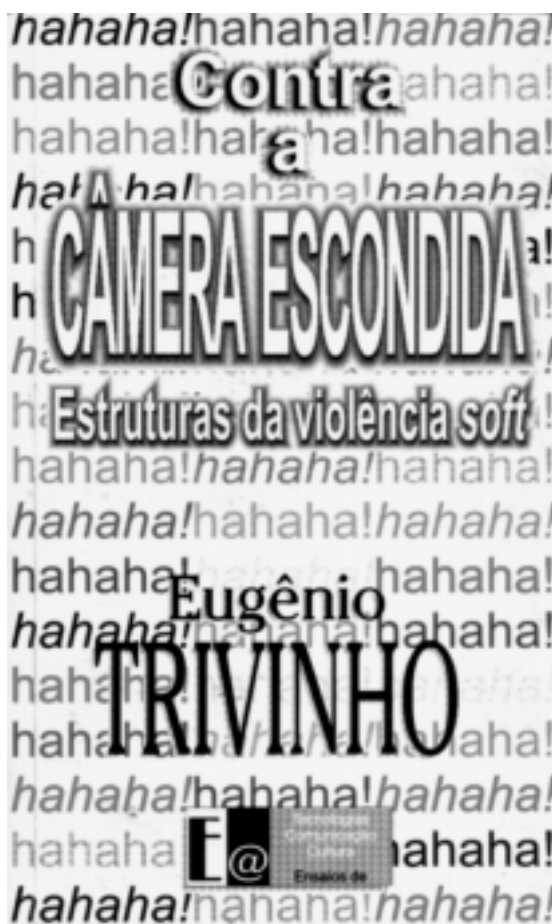


Contra a câmera escondida: estruturas da violência soft



Contra a câmera escondida – Eugênio Trivinho, São Paulo, Edição do Autor, 1998, 108 páginas.

CANDID CAMERA É O NOME de batismo de uma linha de produtos televisuais norte-americanos que, passados alguns anos, acabou se alastrando como praga para as emissoras de todo o mundo. Surgidos ainda nos anos 50, os programas do gênero parecem estar vivendo um momento de auge neste final de século. Foram no início talhados de acordo com as brincadeiras e convenções de lazer da família de classe média. Agora, tendem aos barbarismos *high-tech* a que foram entregues as massas, evoluindo cada vez mais na contramão de o que ainda há pouco se chamava de maneiras e civilidades.

Enquanto fenômeno de consumo global, tamanho é seu enraizamento nas mentalidades que até mesmo video-amadores estão se acostumando a fazer uso de suas técnicas com os amigos, vizinhos e familiares para se divertir e, muitas vezes, inclusive vender o material às emissoras (o que aliás mostra que hoje quase ninguém mais se dá o luxo de ser totalmente amador em qualquer coisa: sempre há que obter-se alguma vantagem individual).

Em essência, todos sabem, o trabalho artístico, para usarmos de ironia, consiste aí em registrar situações vividas pelo chamado homem comum, sem que ele saiba que está sendo focado por uma câmara. Em geral, tratam-se de situações cômicas ou hilárias que, involuntárias para o sujeito, nada tem de espontâneas, do ponto de vista do espectador. Responsáveis pelas verdadeiras armadilhas a que, na verdade, as pessoas assim são levadas a cair são os especialistas em entretenimento barato das

Francisco Rüdiger

Prof. do Progr. Pós-graduação da FAMECOS/PUCRS

empresas de televisão. Entre eles e a audiência reina a cumplicidade dos detratores da dignidade alheia, senão de seu próprio auto-respeito como profissionais e/ou cidadãos.

Aparentemente ainda não estudada de maneira sistemática, a matéria começa agora a ser pensada em toda sua radicalidade, como se pode ver no livro de Eugênio Trivinho, *Contra a Câmera Escondida*. O subtítulo é altamente esclarecedor: “estruturas da violência soft”. Desde Kant a condição para os homens se verem livres da violência e viverem em liberdade se associa à luta pela idéia de que ninguém jamais deve tratar a si mesmo e aos outros como simples meio mas sempre e ao mesmo tempo como fim em si mesmo; ninguém jamais deve tratar sua pessoa e dos outros como coisa mas sempre e ao mesmo tempo como valor absoluto, porque ao invés de preço o homem tem dignidade. A câmera escondida é uma espécie de pontapé na cara de todas essas “idéias fantasiosas de intelectuais”, se levarmos em conta que, em seus momentos de maior grosseria, “não só se assaltam direitos como também se promove um estupro da personalidade [do indivíduo pego pela câmera]”. Nesses programas, continua o autor, “a alteridade é reduzida à categoria de coisa insignificante. Seus sentimentos, idéias, valores, talentos, necessidades e esperanças servem tão somente na medida em que, como matéria-prima, contribui para incrementar ainda mais o espetáculo da barbárie” (p. 61).

A atualidade e relevância política e intelectual dessa pequena obra-prima de análise crítica da mídia não pode ser maior. Escrito em 1994, o texto, ao que tudo indica, terá vida longa, seja porque se aplica cada vez mais, seja porque não mudou o panorama dominante no campo dos estudos de comunicação.

Circula há algum tempo entre os porta-vozes educados da nova classe de serviço, sua fração ociosa, em termos vebleinianos, uma papagaiada sobre o potencial carnavalesco, o hedonismo afirmativo e o conteúdo liberador das expressões da cultura

de mercado. Eugênio Trivinho arrola de forma cabal uma série de evidências que mostram por que não se deve pensar assim, se é para seus sujeitos não guardarem simpatia pelo populismo fascistóide. Os programas de câmera escondida são uma revelação da verdade da indústria cultural não apenas porque, como poucos outros que resultam da prática dessa última, expõem o que vem a ser a violência simbólica ou ideológica de que falam os teóricos críticos mas, também, porque, no limite, são, como forma de consciência imediata, expressão da violência produzida e ambigüamente consumida por nossa sociedade.

Efetivamente não é dos méritos menores do livro sugerir a tolice que é, no atual estágio da cultura, pressupor a liberdade interpretativa do indivíduo e a capacidade de leitura crítica das audiências. Pouco importa se as pesquisas de opinião indicam que o público não apenas condena como rejeita a veiculação desse tipo de programa. A continuidade de exibição e o espaço à primeira vista mais amplo que ele tem conquistado, não só entre nós, mas mesmo em países como maior *background* escolar e cultural, corrobora a hipótese de que estamos tratando de um fenômeno cuja dinâmica, acionada socialmente, transcende a consciência discursiva e racional. Nesse caso, verifica-se a presença de uma vontade de poder extremamente perversa, do ponto de vista moral, e através da qual “a estrutura da câmera escondida reforça, quando não promove e consolida, na cultura, uma sublimação voyeurista sádico-esconjurante das pulsões recalçadas [da massa da população]” (p. 85).

Assistindo a esses programas, o espectador descarrega suas tensões de uma maneira perversa porque negaceada. Embora sabendo que o que vê não é certo e, por vezes, pense consigo mesmo ou chegue a dizer para o vizinho que “oh, isso não se faz”, ele ri; e ri não porque a situação em que o outro se viu envolvido é divertida. A mecânica em jogo é a que, mostra bem o autor, libera nele a sensação ilu-

sória, mas prazerosa, de poder pessoal ampliado sobre seu semelhante. Fosse só isso já seria o bastante para despertar nossa indignação. Entretanto, a fenomenologia do evento não pára por aí, pois a chave profunda desse desejo reprimido e da liberação pulsional que aí têm lugar está no fato social, mais ou menos consciente, de que ele também, o espectador escarninho, igualmente “é um João-bobo nas engrenagens do sistema econômico, político, cultural e comunicacional em que sua vida transcorre”; de que, nesse mundo, também ele “figura como objeto de injunções cujo controle lhe escapa” (p. 87).

Apenas para ilustrar um aspecto menor sobre o qual o autor está falando, lembremos que o principal banco estatal do país, para não referir os outros, entretém as dezenas de pessoas que costumam esperar sua vez na fila do caixa com esse tipo de programa gravado em seus sistema fechado de televisão, conforme pôde constatar o autor desta resenha na cidade de Porto Alegre.

Concluindo, haveria muito o que dizer sobre a maneira como Trivinho, brilhantemente, demonstra não apenas a exploração do desespero econômico e o ataque contra os direitos civis feitos por esse tipo de programação mas, sobretudo, como eles sinalizam o processo de apodrecimento dos ideais democráticos modernos por que tantas gerações lutaram e, em alguns casos, deram suas vidas. Mas para tanto precisaríamos de um espaço muito maior do que o de uma breve resenha. Estamos diante de um trabalho compacto mas muito bem dimensionado, em que a coragem cívica para pôr em questão o que parece não passar de diversão primária se estrutura a partir de forma metódica e rigorosa quase paradigmática.

Distinguir analiticamente os momentos da produção e recepção significa, para o autor, preparar o terreno para reconstruir o processo global do fenômeno em sua unidade e, por essa via, esclarecer seu significado concreto no movimento histórico. Isto é, Trivinho examina os mecanismos específicos tendo

em vista sua relação dialética com a totalidade em que eles se sustentam e que eles, acirrando suas tensões e antagonismos, reproduzem como contexto infernal e perverso.

Contra a câmera escondida parece-nos por tudo isso, pois, um daqueles livros que deveriam ter suas cópias reproduzidas aos milhões para serem distribuídas em todas as escolas secundárias do país. Embora séria e exigente, derradeiramente não é obra cujo interesse se reduza ao meio acadêmico. Em sua aparente singeleza, é um desses textos onde, por mais patético que isso possa ser atualmente, ainda teimam em se inscrever o autêntico espírito crítico e a idéia de uma humanidade esclarecida. Lamente-se apenas que o leitor potencial ainda careça de melhor acesso à obra, prejudicada pela falta de patrocínio por parte de uma grande casa editorial. Apesar de ter crescido em volume de cópias e número de títulos, a produção editorial brasileira, técnica e literária, continua a ressentir-se da falta de um bom sistema de comercialização. A diversificação dos pontos de venda ocorrida nos últimos anos não tem compensado o rebaixamento dos padrões de atividade da maior parte do setor livreiro tradicional – o que não seria problema se houvesse bons canais de divulgação e, como ocorre noutros lugares, dispuséssemos de um sistema de distribuição rápido e eficiente. Espera-se que isso comece a mudar com a recente colonização do negócio do livro por parte da Internet ■